

Vitória ameaça 'devolver' praças à União

O prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, ameaçou ontem "devolver" para a União quatro praças históricas e o terreno onde se localiza a Unidade de Saúde do Forte São João. Ele contesta a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que de forma inédita no Brasil incluiu a Prefeitura no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (Cadin), por não pagar taxas de marinha.

O prefeito ironizou o fato de a SPU cobrar taxa de marinha de terrenos de uso público. Na listagem da SPU constam a Praça Oito de Setembro, a Praça do Índio e a Praça Pio XII, todas no Centro. O órgão federal cobra tributos que totalizam R\$ 2 milhões.

Na lista de áreas que a SPU afirma ser do Governo federal ainda se encontra a Praça do Papa, alvo de recente regularização fundiária entre a PMV e o Ministério do Planejamento. Luiz Paulo reclamou que as praças e o terreno do Forte de São João estão em processo de transferência de titularidade há muitos anos.

Isso já seria um bom motivo para não haver cobrança de taxas de marinha, advertiu. "A cessão formal não foi feita ao município por um atraso, burocracia e uma incompetência da União. O pedido da prefeitura foi feito. Para inscrever o município em dívida ativa, o mínimo que o Governo federal deveria ter feito era negar a cessão", desabafou.

Praça Oito

A praça mais antiga e popular do Espírito Santo poderá ser também a primeira, em todo o Brasil, a ser administrada pelo Governo federal, disse Luiz Paulo. "Vou dar a Praça Oito para a União tomar conta. Eu não quero a Praça Oito. Vai ser uma praça federal. Não quero esse terreno. Que o Governo federal faça dele o que bem entender", ironizou.

O seu argumento é que a Prefeitura de Vitória se recusa, terminantemente, a pagar qualquer taxa de marinha pelas praças públicas. Ele disse que o município não mantém esses locais para ganhar dinheiro, mas para poder oferecer lazer à população. "É uma área pública há muitas décadas. A União quer que eu pague, mas eu não pago nada por esse terreno", prosseguiu.

O prefeito disse que poderá fazer o mesmo e inscrever em dívida ativa municipal os terrenos públicos da União. Além de não pagar IPTU, não haveria respeito às leis municipais, como a que determina a capina e a construção de muros: "Ela é passível de punição idêntica".